

**PARTIDO TRABALHISTA
PORTUGUÊS – PTP**

**Relatório da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos, relativo às Contas
Anuais apresentadas pelo Partido
Trabalhista Português, referentes a 2015**

Fevereiro/2018

Índice

| | |
|--|----|
| Lista de siglas e abreviaturas | 2 |
| Sumário | 3 |
| 1. Introdução | 4 |
| 2. Método e condicionantes | 4 |
| 2.1. Método | 4 |
| 2.2. Condicionantes | 7 |
| 2.2.1. Contas de campanha..... | 7 |
| 3. Visão global da informação financeira | 7 |
| 4. Resultados / observações | 8 |
| 4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários | 8 |
| 4.2. Deficiências no suporte documental de alguns rendimentos – quotas | 9 |
| 4.3. Deficiências no suporte documental de alguns gastos | 9 |
| 4.4. Incumprimento do regime legal relativo aos donativos | 10 |
| 4.5. Incerteza quanto ao montante de ativos registados no balanço | 11 |
| 4.6. Incerteza quanto ao valor dos donativos | 12 |
| 4.7. Incerteza quanto à integração das contas de campanha | 12 |
| 4.8. Grupo parlamentar na ALRAM: deficiente documentação e incorreta contabilização de adiantamentos a funcionários | 13 |
| 4.9. Grupo parlamentar na ALRAM: deficiências no suporte documental relacionado com combustíveis | 13 |
| 4.10. Grupo parlamentar na ALRAM: deficiências no suporte documental relacionado com deslocações e estadas | 14 |
| 4.11. Grupo Parlamentar na ALRAM: pagamento em numerário superior ao limite legal | 14 |
| 5. Conclusões | 15 |
| Lista de Anexos | 17 |

Lista de siglas e abreviaturas

| | |
|---------------|---|
| ALRAM | Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira |
| AR | Assembleia da República |
| ECFP | Entidade das Contas e Financiamentos Políticos |
| L 1/2013 | Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro |
| L 19/2003 | Lei n.º 19/2003, de 20 de junho |
| L 55/2010 | Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro |
| L 62/2014 | Lei n.º 62/2014, de 26 de agosto |
| LO 2/2005 | Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro |
| LO 5/2015 | Lei Orgânica n.º 5/2015, de 10 de abril |
| PTP | Partido Trabalhista Português |
| RCP | Regime Contabilístico adaptado aos Partidos Políticos |
| RECFP 16/2013 | Regulamento da ECFP n.º 16/2013 |

Sumário

O Relatório que a ECFP envia à apreciação do PTP, relativo às Contas do ano de 2015, para além de apresentar uma descrição da metodologia e o elenco das condicionantes à sua elaboração, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

De entre a falta de informação e incorreções identificadas, a ECFP salienta o seguinte:

- a) Verifica-se a existência de deficiências no processo de prestação de contas do Partido (ver ponto 4.1.);
- b) Há deficiências no suporte documental de alguns rendimentos e de alguns gastos (ver pontos 4.2. e 4.3.);
- c) O regime legal relativo aos donativos não foi integralmente respeitado (ver ponto 4.4.);
- d) Existe uma incerteza quanto ao montante de ativos registados no balanço (ver ponto 4.5.);
- e) Existe igualmente incerteza no tocante ao valor dos donativos (ver ponto 4.6.);
- f) Há incerteza quanto à integração das contas de campanha (ver ponto 4.7.);
- g) Foram detetadas diversas deficiências ao nível da documentação, no que toca às contas do Grupo Parlamentar na ALRAM, abrangendo adiantamentos a funcionários, combustíveis e deslocações e estadas (ver pontos 4.8. a 4.10.);
- h) Houve pagamentos em numerário em superiores ao limite legal, por parte do referido Grupo Parlamentar (ver ponto 4.11.).

1. Introdução

O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de revisão, efetuados com aplicação de procedimentos de auditoria, às contas anuais relativas ao ano de 2015, apresentadas pelo **Partido Trabalhista Português**, daqui em diante designado por PTP, ou apenas por Partido. Deste Relatório constam as questões suscitadas face aos resultados da auditoria, nos termos do n.º 1 do art.º 30.º da LO 2/2005.

2. Método e condicionantes

2.1. Método

Os procedimentos de auditoria adotados na revisão às contas do ano de 2015 contemplaram dois trabalhos distintos, mas complementares:

- (i) Aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das demonstrações financeiras das contas anuais do Partido e das contas do Grupo Parlamentar na ALRAM (constantes dos Anexos I e II);
- (ii) Aplicação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas A.B. – António Bernardo & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., de procedimentos limitados de auditoria, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que os mesmos sejam planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado consistiu em:

- a) Análise de cumprimento dos preceitos legais vigentes por parte do Partido, no que respeita às operações de financiamento das suas atividades de propaganda, considerando a natureza, razoabilidade e elegibilidade dos rendimentos e gastos, atendendo em particular às disposições da L 19/2003, da LO 2/2005, da L 55/2010, da L 1/2013, da L 62/2014 e da LO 5/2015, tendo designadamente em conta a jurisprudência relevante do Tribunal Constitucional;

- b) Verificação de que as contas foram adequadamente preparadas e apresentadas de acordo com o referencial contabilístico aplicável, em particular o RECFP 16/2013 e o RCPP nele vertido;
- c) Verificação dos procedimentos de consolidação de contas das diversas estruturas do Partido, caso este tenha optado pela consolidação nos termos do art.º 12.º, n.º 4, da L 19/2003;
- d) Verificação das contas do(s) grupo(s) parlamentar(es) e/ou do deputado único representante de Partido, anexas às contas nacionais do Partido, nos termos do art.º 12.º, n.º 8, da L 19/2003, na redação da L 55/2010, com verificação da correção dos valores contabilizados;
- e) Verificação das contas das estruturas regionais anexas às contas, em particular as receitas consistentes nas subvenções auferidas diretamente, ou por intermédio do(s) grupo(s) parlamentar(es) e/ou do deputado único representante do Partido, nos termos do art.º 12.º, n.º 9, da L 19/2003, na redação da L 55/2010;
- f) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados pelo Partido para assegurar:
- (i) A identificação das suas ações de propaganda política correntes, verificando a lista de ações e meios apresentada nos termos do art.º 16.º, n.º 2, da LO 2/2005;
 - (ii) A integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações e a sua correta reflexão nas contas anuais;
 - (iii) O integral registo dos rendimentos, em especial, os donativos e angariações de fundos;
e
 - (iv) O integral registo dos gastos, no período em causa;
- g) Comprovação de que as ações de propaganda realizadas ao longo do ano de 2015, constantes da lista de ações elaborada pelo Partido, estão integralmente refletidas nas contas do Partido, correspondendo às ações efetivamente realizadas e sendo corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- h) Verificação da correspondência entre as ações divulgadas pelo Partido e a informação coligida pela ECFP;

- i) Cruzamento das ações de propaganda política, ainda que envolvam um custo inferior a um salário mínimo nacional, a valores de 2008 (426,00 Eur.), com os rendimentos e gastos refletidos na demonstração dos resultados;
- j) Comprovação de que os rendimentos com donativos e angariação de fundos foram integralmente depositados em conta bancária exclusivamente destinada a esse efeito e registados nas contas anuais do Partido, refletidos contabilisticamente no período correto, e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente com a identificação dos doadores e dentro dos limites que a lei estipula para donativos e para angariação de fundos, conforme o disposto no RCPP;
- k) Comprovação de que os donativos em espécie, assim como os bens cedidos em empréstimo, constam das contas anuais de 2015 e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores;
- l) Comprovação de que as despesas correntes estão integralmente refletidas na demonstração dos resultados e nas contas bancárias do Partido, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e se enquadram no âmbito da Listagem n.º 38/2013, publicada no *Diário da República*, 2ª série, n.º 125, de 2 de julho, publicitada no sub-sítio da ECFP do sítio na Internet do Tribunal Constitucional;
- m) Comprovação de que as transações desenvolvidas por todas as estruturas centrais, distritais, concelhias e autónomas do Partido foram precedidas de consolidação integral e adequada nas contas anuais de 2015;
- n) Verificação sobre se as receitas e despesas das contas das estruturas regionais incluem as receitas provenientes das subvenções regionais e o destino das mesmas, isto é, ao pagamento de que despesas se destinaram;
- o) Confirmação da propriedade e adequado tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis do Partido, designadamente dos seus bens imóveis e outros bens sujeitos a registo;

- p) Avaliação das perspetivas de cobrança dos saldos a receber constantes do balanço do Partido, designadamente os provenientes da emissão de quotas ainda não cobradas ou de valores a receber das estruturas locais ou associados a campanhas eleitorais;
- q) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências;
- r) Apresentação de ajustamentos propostos ou reclassificações aos saldos das contas, que permitam a eliminação de incorreções identificadas;
- s) Identificação de situações de incorreção ou de anomalias insuscetíveis de serem qualificadas/quantificadas;
- t) Verificação sobre se as contas anuais refletem o impacto de contas de campanhas eleitorais que tenham ocorrido em 2015; e
- u) Análise das contas específicas (em particular, rendimentos e gastos imputados) associadas a eventos anuais de angariação de fundos, em particular festas partidárias.

2.2. Condicionantes

2.2.1. Contas de campanha

O processo de auditoria às contas das campanhas realizadas em 2015 ainda não se encontra concluído. Caso as contas de campanha estivessem auditadas, outras indicações relevantes para efeito desta análise poderiam estar disponíveis, sendo eventualmente possível que elas conduzissem à alteração de algumas das conclusões apresentadas neste Relatório, ou revelar dados que de outra forma não foi possível apurar, nomeadamente quanto à existência de despesas e/ou receitas do Partido que tenham sido eventualmente imputadas à campanha de forma indevida.

3. Visão global da informação financeira

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de **2015 do PTP e submetidas** à apreciação do Tribunal Constitucional compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 26.386,66 Eur. e um total de fundos patrimoniais de 23.137,84 Eur., incluindo um resultado líquido no exercício de 1.231,62 Eur.), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2015, e o anexo com as notas explicativas.

As contas de 2015, para além de refletirem o efeito da atividade corrente do Partido, refletem também os efeitos das atividades de campanhas desenvolvidas pelo Partido, no âmbito da eleição para a AR de 4 de outubro de 2015, da eleição para ALRAM de 29 de março de 2015 e outras.

| | <i>Valores em euros</i> | |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------|
| | 2015 | 2014 |
| Resultado operacional | 36.094,47 | 15.806,36 |
| Resultado financeiro | - | - |
| Resultado da atividade corrente | 36.094,47 | 15.806,36 |
| Resultado de campanhas eleitorais | -34.862,85 | - |
| Resultado líquido do período | 1.231,62 | 15.806,36 |

O decréscimo do resultado líquido do período de 2015 é explicado pelo acréscimo do resultado operacional e pelo efeito negativo das atividades de campanha desenvolvidas pelo Partido.

A melhoria do resultado operacional, de 15.806,36 Eur. positivo em 2014 para 36.084,47 Eur. em 2015, é justificada pelo acréscimo verificado na rubrica de donativos (+43.421,72 Eur.), não obstante o acréscimo nos outros gastos e perdas (+12.879,13 Eur.).

Para além das contas anuais consolidadas do Partido foram ainda apresentadas separadamente as contas do Grupo Parlamentar na ALRAM, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 72.344,84 Eur. e um total de fundos patrimoniais de 70.368,15 Eur., incluindo um resultado líquido no exercício de 2.611,85 Eur.) e a demonstração dos resultados.

4. Resultados / observações

4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários

As exigências decorrentes do art.º 12.º da L 19/2003 têm como reflexo a necessidade de existência de conta bancária (v. o regime das receitas e o das despesas, constantes dos art.ºs 3.º e 9.º do mesmo diploma), sendo que, para o caso dos donativos, deve existir uma conta bancária exclusiva para depósito desse tipo de receita (art.º 7.º, n.º 2). Paralelamente, devem instruir a contabilidade os extratos das contas bancárias, como resulta do art.º 12.º, n.º 7, al. a), da L 19/2003, bem como do ponto 10 da secção II do RCPP.

No caso, não foram entregues os extratos bancários das contas 1201 PTP europeias e 12021 Santander Totta – Quotas, ao arrepio do que resulta da disciplina normativa referida supra.

Acresce que de acordo com o mapa de base de dados emitido pelo Banco de Portugal, existem duas contas bancárias no Banco Santander Totta que não estão registadas na contabilidade do Partido.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.2. Deficiências no suporte documental de alguns rendimentos – quotas

Considerando o disposto no art.º 12.º da L 19/2003, existe um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos, por forma a que a contabilidade reflita a sua situação financeira e patrimonial. Tal dever implica que os elementos de suporte aos registos contabilísticos reflitam uma adequada documentação¹. Por outro lado, as quotas e outras contribuições dos filiados estão previstas como receitas próprias dos partidos políticos no art.º 3.º, n.º 1, al. a), da L 19/2003.

Atento o disposto no art.º 12.º, n.º 3, al. b), da L 19/2003, este tipo de receita tem de ser discriminado.

No caso, o Partido indica que recebeu 20,85 Eur. a título de quotas, sendo que 5,85 Eur. são relativos à militante Isabel Maria Pombo Monteiro. Não obstante, o recibo respetivo não permite identificar nem o número nem o valor.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.3. Deficiências no suporte documental de alguns gastos

Como já referido, as exigências decorrentes do art.º 12.º da L 19/2003 implicam que os elementos de suporte aos registos contabilísticos reflitam uma adequada documentação.

¹ Cfr. os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 296/2016, de 12 de maio de 2016 (ponto 9.2.) e 420/2016, de 27 de junho de 2016 (ponto 9.4.).

No caso, foram identificadas diversas situações de gastos que não se encontravam suportados documentalmente de forma adequada e para as quais os esclarecimentos fornecidos pelo Partido não foram suficientes.

Concretizando, foram identificados fornecimentos, no valor total de 380,00 Eur. relativamente aos quais não foi exibida a respetiva fatura (cfr. Anexo III).

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.4. Incumprimento do regime legal relativo aos donativos

Nos termos do art.º 3.º, n.º 1, al. h), da L 19/2003, são receitas próprias dos partidos os donativos de pessoas singulares, cujo regime consta do art.º 7.º do mesmo diploma.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado art.º 7.º, os donativos têm de ser feitos atentando a uma série de imposições, que vão desde o limite do respetivo valor até à necessidade da respetiva discriminação (cfr. o já mencionado art.º 7.º e o art.º 12.º, n.º 3, al. b), do mesmo diploma).

Do n.º 2 do citado art.º 7.º resulta ainda a obrigatoriedade de existência de conta bancária exclusiva para os donativos, sendo que, atento o n.º 1, estes têm de ser titulados por cheque ou transferência bancária.

Em consonância com o já exposto, dispõe o art.º 8.º, n.º 1, da L 19/2003, que os partidos políticos não podem receber donativos anónimos.

Atento o disposto no art.º 12.º, n.º 2, al. b), subal. i), os partidos devem dispor de uma lista discriminada deste tipo de receita própria, o que está regulamentado no ponto 8.4. da Secção II do RCPP.

No caso, na demonstração dos resultados está indicada, a título de donativos, a receita de 53.495,48 Eur., tendo, no entanto, sido emitidos recibos relativos a este tipo de receita no valor de 49.995,48 Eur. (cfr. Anexo IV).

Analiticamente, verifica-se que:

- O remanescente poderá respeitar a 3.500,00 Eur., pagos por Amândio Madaleno e relativos a parte da coima aplicada no Acórdão n.º 104/2011 do Tribunal Constitucional;
- A existência de situações melhor identificadas no Anexo IV, que suscitam dúvidas em termos de identidade do doador.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.5. Incerteza quanto ao montante de ativos registados no balanço

Como já mencionado, decorre do art.º 12.º da L 19/2003 um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos, por forma a que a contabilidade reflita a sua situação financeira e patrimonial.

As contas anuais de 2015 do PTP incluem ativos respeitantes: (i) a quotas a receber de militantes (8.264,67 Eur.); e a (ii) saldos de caixa (367,91 Eur.).

Como já referido, atento o disposto no art.º 3.º, n.º 1, al. a), da L 19/2003, uma das receitas dos partidos é a proveniente das quotas dos filiados.

No caso, o valor das quotas registadas na demonstração de resultados em 2015 (2.710,00 Eur.) é significativamente inferior ao valor registado em 2014 (6.674,52 Eur.), sendo que os Estatutos do Partido preveem a obrigatoriedade de pagamento deste tipo de receita.

Considerando a diferença entre o ano de 2015 e 2014, o facto de as quotas serem de pagamento obrigatório e o princípio da especialização dos exercícios, acrescendo ainda a circunstância de do anexo às demonstrações financeiras não constar informação adicional que permita sanar as dúvidas, verifica-se que há uma incerteza relativa ao valor de quotas registado. Assim, não está esclarecido se o valor registado corresponde ao valor em dívida em 2015 (ainda que não pago) ou apenas ao valor pago naquele ano.

Acresce que o Partido não entregou a folha de caixa, com o detalhe do saldo à data do balanço.

Esta ausência de elementos reflete, pois, uma inadequada organização contabilística.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.6. Incerteza quanto ao valor dos donativos

Como já referido supra, concretamente quanto aos donativos, o regime normativo vigente é especialmente exigente, refletindo opções do legislador motivadas pelo princípio da transparência.

No caso, no entanto, subsistem algumas dúvidas quanto ao valor de 380,00 Eur., relativo às faturas elencadas no Anexo III, uma vez que se encontra aposta nos documentos de suporte a indicação de que as mesmas terão sido pagas por Amândio Madaleno. Não obstante, tal circunstância não se encontra refletiva ao nível dos donativos.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.7. Incerteza quanto à integração das contas de campanha

Atento o disposto no art.º 12.º da L 19/2003, existe um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos, por forma a que a contabilidade reflita a sua situação financeira e patrimonial.

A este respeito cumpre ter em conta o RECFP 16/2013 e o RCPP do mesmo constante, relativo à normalização de procedimentos respeitantes a contas de partidos políticos e de campanhas eleitorais, no qual estão definidas as regras a seguir quer nas contas anuais quer nas contas da campanha². O mencionado Regulamento contém ainda e designadamente modelos do balanço e da demonstração dos resultados.

No âmbito da eleição da AR, realizada em 04 de outubro de 2015, o PTP participou em coligação - AGIR – PTP/MAS.

As contas da campanha eleitoral apresentadas pela Coligação, divulgam receitas no montante de 6.132,88 Eur. (angariação de fundos – 4.000,00 Eur. e Contribuições dos Partidos – 2.132,88 Eur.) e despesas no montante de 7.303,45 Eur.

² Cfr., a este respeito, o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 420/2016, de 27 de junho de 2016 (ponto 10.11.).

Atentos os elementos disponibilizados pelo Partido, não foi possível entender qual o efeito das atividades da campanha eleitoral no ano de 2015 nas contas anuais do PTP.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes, designadamente elementos que permitam identificar as receitas e despesas das atividades de campanha desenvolvidas no ano de 2015 e o respetivo efeito nas contas anuais.

4.8. Grupo parlamentar na ALRAM: deficiente documentação e incorreta contabilização de adiantamentos a funcionários

Como já mencionado anteriormente, as exigências decorrentes do art.º 12.º da L 19/2003 implicam que os elementos de suporte aos registos contabilísticos reflitam uma adequada documentação, quer ao nível dos rendimentos quer ao nível dos gastos.

No caso, consta da contabilidade a existência de adiantamentos aos funcionários, no valor de 1.630,20 Eur., sem que, no entanto, exista qualquer suporte documental.

Por outro lado, sendo o saldo em causa um saldo credor não se trata de adiantamento a funcionários, mas sim de valores em dívida aos funcionários.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.9. Grupo parlamentar na ALRAM: deficiências no suporte documental relacionado com combustíveis

Como já referido, as exigências decorrentes do art.º 12.º da L 19/2003 implicam que os elementos de suporte aos registos contabilísticos reflitam uma adequada documentação.

No caso, foram identificados gastos com combustíveis (no valor de 5.499,20 Eur.), não obstante o Partido não ter qualquer veículo registado e não existindo qualquer mapa de deslocações que permita aferir da proporcionalidade dos mencionados custos.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.10. Grupo parlamentar na ALRAM: deficiências no suporte documental relacionado com deslocações e estadas

As já mencionadas exigências decorrentes do art.º 12.º da L 19/2003 implicam que os elementos de suporte aos registos contabilísticos reflitam uma adequada documentação.

No caso, no tocante a deslocações e estadas, o saldo situou-se nos 5.417,49 Eur., sendo que uma parte da documentação de suporte, ainda que de reduzida materialidade, continha irregularidades melhor elencadas no Anexo V.

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.11. Grupo Parlamentar na ALRAM: pagamentos em numerário superiores ao limite legal

Nos termos do art.º 9.º, n.º 1, da L 19/2013, o pagamento de despesas é feito, obrigatoriamente, por instrumento bancário (cheque ou outro meio bancário que permita a identificação quer do montante quer do destinatário)³. Constituem exceção as despesas de montante inferior ao valor do SMN de 2008 (ou do IAS, quando este ultrapassar o valor do SMN de 2008) e desde que estas despesas não atinjam, no global, um valor correspondente a 2% da subvenção anual estatal (cfr. art.º 9.º, n.º 2). Trata-se de uma solução adotada pelo legislador que permite um maior controlo, em termos de caracterização das despesas efetuadas, com conseqüente reflexo a nível de reforço do princípio da transparência.

Atento o disposto no n.º 2 do art.º 152.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, a indexação ao IAS apenas produz efeitos no ano em que o montante do referido indexante atinja o valor do SMN fixado para o ano de 2008 (426,00 Eur. – cfr. DL n.º 397/2007, de 31 de dezembro). Considerando que, em 2015, o valor do IAS era de 419,22 Eur. (estabelecido no art.º 3.º do DL n.º 323/2009, de 24 de dezembro, e atento o disposto no art.º 117.º, al. a), da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro), há que considerar a indexação ao SMN de 2008.

³ V. os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 296/2016, de 12 de maio de 2016 (ponto 10.6.) e 420/2016, de 27 de junho de 2016 (ponto 10.4.).

Por outro lado, em 2015 a subvenção paga foi de 4.717,14 Eur., pelo que o limite constante do art.º 9.º, n.º 2, da L 19/2003 se situa nos 752,44 Eur.

No caso, foram desde logo registados pagamentos em numerário no total de 4.717,14 Eur., acima pois do limite legalmente admitido (cfr. Anexo VI).

Ao abrigo do art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, bem como do art.º 15.º do mesmo diploma, pode o PTP pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas relativas ao ano de 2015, são de salientar as seguintes situações:

- a) Verifica-se a existência de deficiências no processo de prestação de contas do Partido (ver ponto 4.1.);
- b) Há deficiências no suporte documental de alguns rendimentos e de alguns gastos (ver pontos 4.2. e 4.3.);
- c) O regime legal relativo aos donativos não foi integralmente respeitado (ver ponto 4.4.);
- d) Existe uma incerteza quanto ao montante de ativos registados no balanço (ver ponto 4.5.);
- e) Existe igualmente incerteza no tocante ao valor dos donativos (ver ponto 4.6.);
- f) Há incerteza quanto à integração das contas de campanha (ver ponto 4.7.);
- g) Foram detetadas diversas deficiências ao nível da documentação, no que toca às contas do Grupo Parlamentar na ALRAM, abrangendo adiantamentos a funcionários, combustíveis e deslocações e estadas (ver pontos 4.8. a 4.10.);
- h) Houve pagamentos em numerário em superiores ao limite legal, por parte do referido Grupo Parlamentar (ver ponto 4.11.).

Como tal, face aos elementos disponíveis e disponibilizados, as demonstrações financeiras apresentadas pelo PTP não refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Partido em 31 de dezembro de 2015, nem os resultados apurados no ano de 2015, conclusão que pode sofrer alterações, em virtude dos eventuais esclarecimentos que o PTP venha, entretanto, a prestar.

Assim, após a notificação do presente relatório, dispõe o Partido do prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (art.º 30.º, n.º 5, da LO 2/2005, lido em consonância com o art.º 15.º do mesmo diploma).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas anuais relativas a 2015 apresentadas pelo **Partido Trabalhista Português**.

O trabalho de auditoria foi concluído em 23 de janeiro de 2018.

Lisboa, 06 de fevereiro de 2018

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

José Eduardo Figueiredo Dias

(Presidente)

Tânia Meireles da Cunha

(Vogal)

Carla Curado

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)

Lista de Anexos

| | |
|------------------|--|
| ANEXO I | Contas anuais do PTP (2015) |
| ANEXO II | Contas do Grupo Parlamentar do PTP na ALRAM (2015) |
| ANEXO III | Fornecimentos e serviços externos documentados indevidamente |
| ANEXO IV | Recibos de donativos |
| ANEXO V | Situações relativas a deslocações e estadas do Grupo Parlamentar na ALRAM, cujos documentos de suporte apresentam anomalias |
| ANEXO VI | Pagamentos em numerário (Grupo Parlamentar na ALRAM) |
| ANEXO VII | Relatório da auditora externa (ficheiro enviado em CD) |

ANEXO I – Contas anuais do PTP (2015)

Partido Político: PTP-PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUES

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: euro

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|---|-------|-----------------|------------------|
| | | Final 2015 | Final 2014 |
| Vendas e serviços prestados | 5 | 2.710,00 | 6.674,52 |
| Quotas e outras contribuições de filiados | | | |
| Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | | | |
| Contribuições de candidatos e representantes eleitos | | | |
| Subvenção pública anual | | | |
| Subvenções regionais | | | |
| Doativos | 6 | 49.995,48 | 10.073,76 |
| Angariações de fundos | | | |
| Trabalhos para o próprio partido | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | |
| Fornecimentos e serviços externos | 7 | -6.607,01 | -821,05 |
| Gastos com o pessoal | | | |
| Ajustamento de inventários (perdas/reversões) | | | |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | | |
| Provisões (aumentos/reduções) | | | |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor | | | |
| Outros rendimentos e ganhos | | | |
| Outros gastos e perdas | 8 | -7.700,00 | -120,87 |
| Rendimentos de Campanhas eleitorais | | | |
| Subvenções de campanhas | | | |
| Eleições legislativas | | | |
| Eleições europeias | | | |
| Eleições regionais | | | |
| Eleições autárquicas | | | |
| Outras eleições | | | |
| Angariações de fundos | | | |
| Contribuições de partidos | | | |
| Gastos com campanhas eleitorais | | | |
| Eleições legislativas nacionais | 9 | -2.700,00 | |
| Eleições europeias | | | |
| Eleições legislativas regionais | 9 | -32.162,85 | |
| Eleições autárquicas | | | |
| Outras eleições | | | |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 3.535,62 | 15.806,36 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | | | |
| | | 3.535,62 | 15.806,36 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | | |
| Da actividade Corrente | | | |
| De campanhas eleitorais | | | |
| Juros e gastos similares suportados | | | |
| Da actividade Corrente | | | |
| De campanhas eleitorais | | | |
| Resultado | | 3.535,62 | 15.806,36 |

Partido Político: PTP-PARTIDO TRABALHISTA PORTUGUES

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: euro

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|-------|------------|------------|
| | | Final 2015 | Final 2014 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente | | | |
| Activos fixos tangíveis | | | |
| Bens do Património histórico e cultural | | | |
| Propriedades de investimento | | | |
| Activos intangíveis | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Doadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados | | | |
| | | 0,00 | 0,00 |
| Activo corrente | | | |
| Inventários | | | |
| Clientes | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | | |
| Subvenção pública anual | | | |
| Subvenção campanha eleitoral | | | |
| Subvenções regionais | | | |
| Doadores/Filiados | | | |
| Estruturas Partidárias/Campanhas Eleitorais | | | |
| Estado e outros entes públicos | 10 | 1.133,50 | 1.133,50 |
| Outras contas a receber | 11 | 8.264,67 | 5.585,52 |
| Diferimentos | | | |
| Outros activos correntes | | | |
| Caixa e depósitos bancários | 12 | 16.588,49 | 15.187,20 |
| | | 25.986,66 | 21.906,22 |
| Total do activo | | 25.986,66 | 21.906,22 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | | | |
| Resultados transitados | 13 | 21.906,22 | 6.099,86 |
| Excedentes de revalorização | | | |
| Outras variações no capital próprio | | | |
| Resultado líquido no período | 13 | 3.535,62 | 15.806,36 |
| Total do fundo de capital | 13 | 25.441,84 | 21.906,22 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | | | |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Outras contas a pagar | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 14 | 544,82 | |
| Estado e outros entes públicos | | | |
| Doadores/Filiados/Estruturas Partidárias/Campanhas Eleitorais | | | |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Diferimentos | | | |
| Outras contas a pagar | | | |
| Outros passivos financeiros | | | |
| | | 544,82 | 0,00 |
| Total passivo | | 544,82 | 0,00 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 25.986,66 | 21.906,22 |

ANEXO II – Contas do Grupo Parlamentar do PTP na ALRAM (2015)

Partido Político: GRUPO PARLAMENTAR DO PTP

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATURIZAS

PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: euro

| RENDIMENTOS E GASTOS | NATURIZAS | PERÍODOS | |
|---|-----------|-----------------|------------------|
| | | Final 2015 | Final 2014 |
| Vendas e serviços prestados | | | |
| Quotas e outras contribuições de filiados | | | |
| Ganhos e perdas imputados de subsidiadas, associações e empreendimentos conjuntos | | | |
| Contribuições de candidatos e representantes eleitos | | | |
| Subvenções públicas anuais | | | |
| Subvenções extraordinárias | 5 | 37.622,23 | 49.269,92 |
| Doações | | | |
| Apoios de fundos | | | |
| Trabalho para o próprio partido | | | |
| Gasto de mercadorias vendidas e de matérias consumidas | | | |
| Resultados negativos de operações cambiais | 6 | -34.271,26 | -35.221,27 |
| Gasto com o pessoal | | | |
| Ajustamento de inventário (perdas/reversões) | | | |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | | |
| Provisões (aumentos/reduções) | | | |
| Outros imparidades (perdas/reversões) | | | |
| Aumentos/reduções de justo valor | | | |
| Outros rendimentos e ganhos | | | |
| Outros custos e perdas | | 21,95 | |
| Rendimentos e campanhas eleitorais | | | |
| Subvenções de campanhas | | | |
| Eleições legislativas | | | |
| Eleições europeias | | | |
| Eleições regionais | | | |
| Eleições autárquicas | | | |
| Outras eleições | | | |
| Apoios de fundos | | | |
| Contribuições de partidos | | | |
| Gastos com campanhas eleitorais | | | |
| Eleições legislativas | | | |
| Eleições europeias | | | |
| Eleições regionais | | | |
| Eleições autárquicas | | | |
| Outras eleições | | | |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 3.328,06 | 14.048,65 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 8 | -716,15 | -2.847,18 |
| | | 2.611,85 | 11.201,47 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | | | |
| Da actividade corrente | | | |
| De campanhas eleitorais | | | |
| Juros e gastos similares suportados | | | |
| Da actividade corrente | | | |
| De campanhas eleitorais | | | |
| Resultado | | 2.611,85 | 11.201,47 |

O Tesoureiro e Contas

A Líder do Grupo Parlamentar do PTP



Partido Político: GRUPO PARLAMENTAR DO PTP

BALANÇO ANUAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade monetária: euro

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|--|-------|------------------|------------------|
| | | Final 2015 | Final 2014 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente | | | |
| Activos fixos tangíveis | 8 | 685,70 | 1.101,85 |
| Bens do Património histórico e cultural | | | |
| Propriedades de investimento | | | |
| Activos intangíveis | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Fundadores / Beneficiários/patrocinadores/doadores / Associados | | | |
| | | 685,70 | 1.101,85 |
| Activo corrente | | | |
| Inventários | | | |
| Clientes | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | | |
| Subsídios pública anual | | | |
| Subsídios campanha eleitoral | | | |
| Subsídios regionais | | | |
| Doadores/Alíados | | | |
| Estruturas Partidárias/Campanhas Eleitorais | | | |
| Estado e outros entes públicos | | | |
| Outras contas a receber | 9 | 69,98 | 1.612,50 |
| Diferimentos | | | |
| Outras contas correntes | | | |
| Créditos bancários | 10 | 71.589,16 | 65.088,44 |
| | | 71.659,14 | 66.700,94 |
| Total do activo | | 72.344,84 | 68.102,79 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Fundos | | | |
| Resultados transitórios | 11 | 67.756,30 | 56.554,83 |
| Excedentes de revalorização | | | |
| Outras ver. que não capital próprio | | | |
| Resultado líquido no período | 11 | 2.611,85 | 11.201,47 |
| Total do fundo de capital | 11 | 70.368,15 | 67.756,30 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | | | |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Outras contas a pagar | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | | | |
| Estado e outros entes públicos | | | |
| Doadores / Beneficiários / Estruturas Partidárias/Campanhas Eleitorais | | | |
| Financiamentos obtidos | | | |
| Diferimentos | | | |
| Outras contas a pagar | 12 | 1.976,69 | 346,49 |
| Outros passivos financeiros | | | |
| | | 1.976,69 | 346,49 |
| Total passivo | | 1.976,69 | 346,49 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 72.344,84 | 68.102,79 |

ANEXO III – Fornecimentos e serviços externos documentados indevidamente

| Consumidor | | Comerciante | | N.º Fatura | Valor Total (euros) |
|------------|------|-------------|---------------------------------|------------|---------------------|
| NIF | Nome | NIF | Nome | | |
| 509070256 | PTP | 510538207 | Marta Portugal - Print e Design | FT 6553 | 100,00 |
| 509070256 | PTP | 502314680 | Soc. Exploração Turística | FR 740 | 100,00 |
| 509070256 | PTP | 510538207 | Marta Portugal - Print e Design | FT 6367 | 25,00 |
| 509070256 | PTP | 502314680 | Soc. Exploração Turística | 98578 | 100,00 |
| 509070256 | PTP | 502314680 | Soc. Exploração Turística | 98618 | 5,00 |
| 509070256 | PTP | 510538207 | Marta Portugal - Print e Design | FT 5073 | 50,00 |

ANEXO IV – Recibos de donativos

| N.º Recibo | Doador | NIF | Data | Valor (euros) | Notas |
|--------------|-----------------------------------|-----|------------|------------------|-------|
| 1 | Raquel da Conceição Vieira Coelho | | 20-01-2015 | 2.500,00 | |
| 2 | Raquel da Conceição Vieira Coelho | | 28-01-2015 | 2.500,00 | |
| 3 | Raquel da Conceição Vieira Coelho | | 02-02-2015 | 2.500,00 | |
| 4 | José Quintino Mendes da Costa | | 06-02-2015 | 5.500,00 | |
| 5 | Raquel da Conceição Vieira Coelho | | 25-02-2015 | 2.500,00 | [1] |
| 6 | José Quintino Mendes da Costa | | 02-03-2015 | 3.000,00 | |
| 7 | José Quintino Mendes da Costa | | 02-03-2015 | 401,00 | |
| 8 | José Quintino Mendes da Costa | | 04-03-2015 | 10,00 | |
| 9 | Zita Maria Abreu | | 17-03-2015 | 7.313,44 | [1] |
| 10 | Ermelinda França Pereira | | 18-03-2015 | 10.140,00 | |
| 11 | Maria de Jesus Mendes | | 24-03-2015 | 6.000,00 | [2] |
| 12 | Paulo Mendes da Costa | | 24-03-2015 | 7.130,00 | [2] |
| 13 | Raquel da Conceição Vieira Coelho | | 09-05-2015 | 1,04 | [3] |
| 14 | José Manuel da Mata Vieira Coelho | | 08-05-2015 | 500,00 | |
| Total | | | | 49.995,48 | |

Notas:

[1] Não consta do recibo qualquer indicação de se tratar de donativo.

[2] Foi feita apenas uma transferência, ordenada por Paulo Sérgio Mendes da Costa.

[3] Donativo em numerário.

[4] Foi feita transferência, ordenada por Raquel da Conceição Vieira Coelho (que já fizera os donativos com os n.ºs de ordem 1, 2, 3, 5 e 13), o que suscita dúvidas em termos de respeito do limite legal dos donativos.

ANEXO V – Situações relativas a deslocações e estadas do Grupo Parlamentar na ALRAM, cujos documentos de suporte apresentam anomalias

- A. Faturas de gasóleo, em que não é identificada a matrícula do veículo. Salieta-se que os presentes gastos deveriam estar contabilizados na conta 6242 – Combustíveis, apesar de fazerem parte de alguma Deslocação / Estada.

Foram os seguintes os casos de anomalia:

| Lançamento | Data | Débito (euros) | Conceito |
|--------------|------------|----------------|----------------|
| 23002 | 31-03-2015 | 30,00 | V/FCT Nº 6983 |
| 28019 | 31-08-2015 | 30,00 | V/FCT Nº 44008 |
| TOTAL | | 60,00 | |

- B. Inexistência de fatura física do fornecedor, sendo entregue pelo partido apenas o documento retirado do e-fatura.

| Lançamento | Data | Débito (euros) | Conceito |
|--------------|------------|----------------|----------------|
| 53008 | 31-03-2015 | 125,87 | PRT SANTO LINE |
| 53009 | 31-03-2015 | 12,20 | PRT SANTO LINE |
| 53010 | 31-03-2015 | 32,00 | RESTAURANTE BA |
| 512015 | 31-12-2015 | 16,80 | V/FCT Nº 26190 |
| 512016 | 31-12-2015 | 8,20 | V/FCT Nº 26194 |
| TOTAL | | 195,07 | |

- C. Contabilizado um valor diferente face ao apresentado na fatura, estando assim o gasto subvalorizado. A tabela seguinte demonstra o único lançamento com a presente anomalia:

| Lançamento | Data | Débito | Valor Fatura (euros) | Conceito |
|------------|------------|--------|----------------------|--------------|
| 26002 | 30-06-2015 | 24,67 | 30,10 | V/FCT Nº 111 |

ANEXO VI – Pagamentos em numerário (Grupo Parlamentar na ALRAM)

| Lançamento | Conta | Data | Nº Doc. | Débito | Crédito | Acumulado | Descritivo |
|------------|-------|------------|---------|--------|---------|-----------|-----------------|
| 22013 | 111 | 28/02/2015 | 2013 | 0,00 | 4,50 | 4,50 | CTT |
| 24002 | 111 | 30/04/2015 | 4002 | 0,00 | 9,60 | 14,10 | CTT |
| 211002 | 111 | 30/11/2015 | 11002 | 0,00 | 11,60 | 25,70 | CTT |
| 22001 | 111 | 28/02/2015 | 2001 | 0,00 | 15,80 | 41,50 | CTT |
| 22004 | 111 | 28/02/2015 | 2004 | 0,00 | 19,20 | 60,70 | CTT |
| 212003 | 111 | 31/12/2015 | 12003 | 0,00 | 28,81 | 89,51 | CTT |
| 212001 | 111 | 31/12/2015 | 12001 | 0,00 | 35,30 | 124,81 | CTT |
| 22002 | 111 | 28/02/2015 | 2002 | 0,00 | 37,50 | 162,31 | CTT |
| 22006 | 111 | 28/02/2015 | 2006 | 0,00 | 48,60 | 210,91 | CTT |
| 21002 | 111 | 31/01/2015 | 1002 | 0,00 | 55,40 | 266,31 | CTT |
| 23004 | 111 | 31/03/2015 | 3004 | 0,00 | 61,64 | 327,95 | CTT |
| 24006 | 111 | 30/04/2015 | 4006 | 0,00 | 15,37 | 343,32 | V/FCT Nº 072657 |
| 23010 | 111 | 31/03/2015 | 3010 | 0,00 | 12,00 | 355,32 | V/FCT Nº 1026 |
| 211012 | 111 | 30/11/2015 | 11012 | 0,00 | 20,00 | 375,32 | V/FCT Nº 103348 |
| 26002 | 111 | 30/06/2015 | 6002 | 0,00 | 24,67 | 399,99 | V/FCT Nº 111 |
| 27005 | 111 | 31/07/2015 | 7005 | 0,00 | 10,00 | 409,99 | V/FCT Nº 116874 |
| 29011 | 111 | 30/09/2015 | 9011 | 0,00 | 6,10 | 416,09 | V/FCT Nº 11695 |
| 210010 | 111 | 31/10/2015 | 10010 | 0,00 | 36,90 | 452,99 | V/FCT Nº 11777 |
| 27014 | 111 | 31/07/2015 | 7014 | 0,00 | 45,00 | 497,99 | V/FCT Nº 118191 |
| 210013 | 111 | 31/10/2015 | 10013 | 0,00 | 20,00 | 517,99 | V/FCT Nº 130167 |
| 212005 | 111 | 31/12/2015 | 12005 | 0,00 | 29,00 | 546,99 | V/FCT Nº 13413 |
| 212009 | 111 | 31/12/2015 | 12009 | 0,00 | 20,24 | 567,23 | V/FCT Nº 138156 |
| 212010 | 111 | 31/12/2015 | 12010 | 0,00 | 36,18 | 603,41 | V/FCT Nº 138779 |
| 23005 | 111 | 31/03/2015 | 3005 | 0,00 | 26,20 | 629,61 | V/FCT Nº 1426 |
| 24003 | 111 | 30/04/2015 | 4003 | 0,00 | 10,00 | 639,61 | V/FCT Nº 1491 |
| 29012 | 111 | 30/09/2015 | 9012 | 0,00 | 21,75 | 661,36 | V/FCT Nº 1501 |
| 27013 | 111 | 31/07/2015 | 7013 | 0,00 | 15,98 | 677,34 | V/FCT Nº 15035 |
| 23007 | 111 | 31/03/2015 | 3007 | 0,00 | 12,70 | 690,04 | V/FCT Nº 1531 |
| 23009 | 111 | 31/03/2015 | 3009 | 0,00 | 14,70 | 704,74 | V/FCT Nº 1539 |
| 211005 | 111 | 30/11/2015 | 11005 | 0,00 | 14,40 | 719,14 | V/FCT Nº 1571 |
| 24001 | 111 | 30/04/2015 | 4001 | 0,00 | 7,80 | 726,94 | V/FCT Nº 15928 |
| 28006 | 111 | 31/08/2015 | 8006 | 0,00 | 2,50 | 729,44 | V/FCT Nº 159297 |
| 23012 | 111 | 31/03/2015 | 3012 | 0,00 | 3,35 | 732,79 | V/FCT Nº 1596 |
| 27009 | 111 | 31/07/2015 | 7009 | 0,00 | 92,50 | 825,29 | V/FCT Nº 16342 |
| 28008 | 111 | 31/08/2015 | 8008 | 0,00 | 55,00 | 880,29 | V/FCT Nº 1640 |
| 29017 | 111 | 30/09/2015 | 9017 | 0,00 | 8,00 | 888,29 | V/FCT Nº 164291 |
| 23015 | 111 | 31/03/2015 | 3015 | 0,00 | 10,35 | 898,64 | V/FCT Nº 1643 |
| 28029 | 111 | 31/08/2015 | 8029 | 0,00 | 13,70 | 912,34 | V/FCT Nº 1702 |
| 23019 | 111 | 31/03/2015 | 3019 | 0,00 | 12,90 | 925,24 | V/FCT Nº 1730 |
| 21003 | 111 | 31/01/2015 | 1003 | 0,00 | 9,90 | 935,14 | V/FCT Nº 18050 |

| Lançamento | Conta | Data | Nº Doc. | Débito | Crédito | Acumulado | Descritivo |
|------------|-------|------------|---------|--------|---------|-----------|-----------------|
| 23021 | 111 | 31/03/2015 | 3021 | 0,00 | 14,55 | 949,69 | V/FCT Nº 1808 |
| 210004 | 111 | 31/10/2015 | 10004 | 0,00 | 41,20 | 990,89 | V/FCT Nº 181 |
| 21005 | 111 | 31/01/2015 | 1005 | 0,00 | 9,30 | 1.000,19 | V/FCT Nº 18258 |
| 25001 | 111 | 31/05/2015 | 5001 | 0,00 | 1,30 | 1.001,49 | V/FCT Nº 186167 |
| 21008 | 111 | 31/01/2015 | 1008 | 0,00 | 12,30 | 1.013,79 | V/FCT Nº 18694 |
| 27001 | 111 | 31/07/2015 | 7001 | 0,00 | 91,40 | 1.105,19 | V/FCT Nº 1909 |
| 22010 | 111 | 28/02/2015 | 2010 | 0,00 | 5,80 | 1.110,99 | V/FCT Nº 19336 |
| 22012 | 111 | 28/02/2015 | 2012 | 0,00 | 10,10 | 1.121,09 | V/FCT Nº 19573 |
| 28001 | 111 | 31/08/2015 | 8001 | 0,00 | 8,50 | 1.129,59 | V/FCT Nº 19811 |
| 26003 | 111 | 30/06/2015 | 6003 | 0,00 | 5,40 | 1.134,99 | V/FCT Nº 20275 |
| 211010 | 111 | 30/11/2015 | 11010 | 0,00 | 6,50 | 1.141,49 | V/FCT Nº 2216 |
| 26005 | 111 | 30/06/2015 | 6005 | 0,00 | 3,20 | 1.144,69 | V/FCT Nº 22702 |
| 27004 | 111 | 31/07/2015 | 7004 | 0,00 | 20,00 | 1.164,69 | V/FCT Nº 23009 |
| 27007 | 111 | 31/07/2015 | 7007 | 0,00 | 5,60 | 1.170,29 | V/FCT Nº 23136 |
| 28023 | 111 | 31/08/2015 | 8023 | 0,00 | 30,50 | 1.200,79 | V/FCT Nº 2315 |
| 27008 | 111 | 31/07/2015 | 7008 | 0,00 | 4,10 | 1.204,89 | V/FCT Nº 23170 |
| 212006 | 111 | 31/12/2015 | 12006 | 0,00 | 5,60 | 1.210,49 | V/FCT Nº 2318 |
| 27012 | 111 | 31/07/2015 | 7012 | 0,00 | 7,40 | 1.217,89 | V/FCT Nº 23262 |
| 27018 | 111 | 31/07/2015 | 7018 | 0,00 | 6,00 | 1.223,89 | V/FCT Nº 23392 |
| 27021 | 111 | 31/07/2015 | 7021 | 0,00 | 11,80 | 1.235,69 | V/FCT Nº 23473 |
| 28002 | 111 | 31/08/2015 | 8002 | 0,00 | 11,80 | 1.247,49 | V/FCT Nº 23529 |
| 28003 | 111 | 31/08/2015 | 8003 | 0,00 | 13,20 | 1.260,69 | V/FCT Nº 23588 |
| 28014 | 111 | 31/08/2015 | 8014 | 0,00 | 11,80 | 1.272,49 | V/FCT Nº 23795 |
| 28017 | 111 | 31/08/2015 | 8017 | 0,00 | 18,00 | 1.290,49 | V/FCT Nº 23819 |
| 28021 | 111 | 31/08/2015 | 8021 | 0,00 | 26,00 | 1.316,49 | V/FCT Nº 23887 |
| 28027 | 111 | 31/08/2015 | 8027 | 0,00 | 38,50 | 1.354,99 | V/FCT Nº 2418 |
| 29022 | 111 | 30/09/2015 | 9022 | 0,00 | 9,10 | 1.364,09 | V/FCT Nº 24193 |
| 210001 | 111 | 31/10/2015 | 10001 | 0,00 | 7,00 | 1.371,09 | V/FCT Nº 24411 |
| 23018 | 111 | 31/03/2015 | 3018 | 0,00 | 9,25 | 1.380,34 | V/FCT Nº 247638 |
| 29003 | 111 | 30/09/2015 | 9003 | 0,00 | 26,00 | 1.406,34 | V/FCT Nº 2513 |
| 29006 | 111 | 30/09/2015 | 9006 | 0,00 | 23,05 | 1.429,39 | V/FCT Nº 25240 |
| 210008 | 111 | 31/10/2015 | 10008 | 0,00 | 89,00 | 1.518,39 | V/FCT Nº 259 |
| 212008 | 111 | 31/12/2015 | 12008 | 0,00 | 13,60 | 1.531,99 | V/FCT Nº 26222 |
| 29020 | 111 | 30/09/2015 | 9020 | 0,00 | 28,25 | 1.560,24 | V/FCT Nº 2697 |
| 210002 | 111 | 31/10/2015 | 10002 | 0,00 | 18,17 | 1.578,41 | V/FCT Nº 28003 |
| 210005 | 111 | 31/10/2015 | 10005 | 0,00 | 26,00 | 1.604,41 | V/FCT Nº 2884 |
| 28022 | 111 | 31/08/2015 | 8022 | 0,00 | 43,90 | 1.648,31 | V/FCT Nº 290 |
| 29014 | 111 | 30/09/2015 | 9014 | 0,00 | 16,70 | 1.665,01 | V/FCT Nº 29576 |
| 210009 | 111 | 31/10/2015 | 10009 | 0,00 | 32,50 | 1.697,51 | V/FCT Nº 2977 |
| 22011 | 111 | 28/02/2015 | 2011 | 0,00 | 45,30 | 1.742,81 | V/FCT Nº 300 |
| 21011 | 111 | 31/01/2015 | 1011 | 0,00 | 21,00 | 1.763,81 | V/FCT Nº 307 |
| 28007 | 111 | 31/08/2015 | 8007 | 0,00 | 40,19 | 1.804,00 | V/FCT Nº 31062 |

| Lançamento | Conta | Data | Nº Doc. | Débito | Crédito | Acumulado | Descritivo |
|------------|-------|------------|---------|--------|---------|-----------|----------------|
| 28011 | 111 | 31/08/2015 | 8011 | 0,00 | 20,00 | 1.824,00 | V/FCT Nº 31156 |
| 28013 | 111 | 31/08/2015 | 8013 | 0,00 | 20,00 | 1.844,00 | V/FCT Nº 31186 |
| 28015 | 111 | 31/08/2015 | 8015 | 0,00 | 85,12 | 1.929,12 | V/FCT Nº 31232 |
| 28028 | 111 | 31/08/2015 | 8028 | 0,00 | 30,00 | 1.959,12 | V/FCT Nº 31601 |
| 28030 | 111 | 31/08/2015 | 8030 | 0,00 | 60,00 | 2.019,12 | V/FCT Nº 31651 |
| 29001 | 111 | 30/09/2015 | 9001 | 0,00 | 20,00 | 2.039,12 | V/FCT Nº 31734 |
| 212002 | 111 | 31/12/2015 | 12002 | 0,00 | 20,00 | 2.059,12 | V/FCT Nº 31882 |
| 29007 | 111 | 30/09/2015 | 9007 | 0,00 | 20,00 | 2.079,12 | V/FCT Nº 31983 |
| 29013 | 111 | 30/09/2015 | 9013 | 0,00 | 20,00 | 2.099,12 | V/FCT Nº 32059 |
| 29017 | 111 | 30/09/2015 | 9017 | 0,00 | 20,00 | 2.119,12 | V/FCT Nº 32161 |
| 22014 | 111 | 28/02/2015 | 2014 | 0,00 | 9,10 | 2.128,22 | V/FCT Nº 3228 |
| 29027 | 111 | 30/09/2015 | 9027 | 0,00 | 20,00 | 2.148,22 | V/FCT Nº 32292 |
| 29021 | 111 | 30/09/2015 | 9021 | 0,00 | 20,00 | 2.168,22 | V/FCT Nº 32326 |
| 29024 | 111 | 30/09/2015 | 9024 | 0,00 | 20,00 | 2.188,22 | V/FCT Nº 32391 |
| 210007 | 111 | 31/10/2015 | 10007 | 0,00 | 35,00 | 2.223,22 | V/FCT Nº 32729 |
| 210011 | 111 | 31/10/2015 | 10011 | 0,00 | 20,00 | 2.243,22 | V/FCT Nº 32976 |
| 210016 | 111 | 31/10/2015 | 10016 | 0,00 | 26,01 | 2.269,23 | V/FCT Nº 33409 |
| 210018 | 111 | 31/10/2015 | 10018 | 0,00 | 20,00 | 2.289,23 | V/FCT Nº 33538 |
| 26006 | 111 | 30/06/2015 | 6006 | 0,00 | 18,65 | 2.307,88 | V/FCT Nº 336 |
| 211004 | 111 | 30/11/2015 | 11004 | 0,00 | 20,00 | 2.327,88 | V/FCT Nº 33909 |
| 211006 | 111 | 30/11/2015 | 11006 | 0,00 | 47,29 | 2.375,17 | V/FCT Nº 34122 |
| 26004 | 111 | 30/06/2015 | 6004 | 0,00 | 7,00 | 2.382,17 | V/FCT Nº 3467 |
| 212004 | 111 | 31/12/2015 | 12004 | 0,00 | 20,10 | 2.402,27 | V/FCT Nº 36545 |
| 212007 | 111 | 31/12/2015 | 12007 | 0,00 | 5,65 | 2.407,92 | V/FCT Nº 3743 |
| 29019 | 111 | 30/09/2015 | 9019 | 0,00 | 10,00 | 2.417,92 | V/FCT Nº 37619 |
| 211008 | 111 | 30/11/2015 | 11008 | 0,00 | 71,65 | 2.489,57 | V/FCT Nº 3845 |
| 23022 | 111 | 31/03/2015 | 3022 | 0,00 | 22,20 | 2.511,77 | V/FCT Nº 4024 |
| 211009 | 111 | 30/11/2015 | 11009 | 0,00 | 20,00 | 2.531,77 | V/FCT Nº 40347 |
| 29016 | 111 | 30/09/2015 | 9016 | 0,00 | 17,00 | 2.548,77 | V/FCT Nº 4247 |
| 23001 | 111 | 31/03/2015 | 3001 | 0,00 | 6,00 | 2.554,77 | V/FCT Nº 4268 |
| 211001 | 111 | 30/11/2015 | 11001 | 0,00 | 1,95 | 2.556,72 | V/FCT Nº 43 |
| 28019 | 111 | 31/08/2015 | 8019 | 0,00 | 30,00 | 2.586,72 | V/FCT Nº 44008 |
| 23006 | 111 | 31/03/2015 | 3006 | 0,00 | 22,10 | 2.608,82 | V/FCT Nº 441 |
| 28026 | 111 | 31/08/2015 | 8026 | 0,00 | 20,00 | 2.628,82 | V/FCT Nº 44357 |
| 21004 | 111 | 31/01/2015 | 1004 | 0,00 | 3,20 | 2.632,02 | V/FCT Nº 4437 |
| 29004 | 111 | 30/09/2015 | 9004 | 0,00 | 8,85 | 2.640,87 | V/FCT Nº 4466 |
| 23011 | 111 | 31/03/2015 | 3011 | 0,00 | 11,90 | 2.652,77 | V/FCT Nº 44728 |
| 22008 | 111 | 28/02/2015 | 2008 | 0,00 | 56,80 | 2.709,57 | V/FCT Nº 448 |
| 28025 | 111 | 31/08/2015 | 8025 | 0,00 | 27,30 | 2.736,87 | V/FCT Nº 4485 |
| 23013 | 111 | 31/03/2015 | 3013 | 0,00 | 9,85 | 2.746,72 | V/FCT Nº 44864 |
| 23017 | 111 | 31/03/2015 | 3017 | 0,00 | 10,90 | 2.757,62 | V/FCT Nº 45047 |
| 28010 | 111 | 31/08/2015 | 8010 | 0,00 | 10,00 | 2.767,62 | V/FCT Nº 4516 |

| Lançamento | Conta | Data | Nº Doc. | Débito | Crédito | Acumulado | Descritivo |
|------------|-------|------------|---------|--------|---------|-----------|----------------|
| 23020 | 111 | 31/03/2015 | 3020 | 0,00 | 7,65 | 2.775,27 | V/FCT Nº 45217 |
| 23008 | 111 | 31/03/2015 | 3008 | 0,00 | 15,00 | 2.790,27 | V/FCT Nº 45455 |
| 29030 | 111 | 30/09/2015 | 9030 | 0,00 | 11,19 | 2.801,46 | V/FCT Nº 45672 |
| 29018 | 111 | 30/09/2015 | 9018 | 0,00 | 20,00 | 2.821,46 | V/FCT Nº 45840 |
| 22009 | 111 | 28/02/2015 | 2009 | 0,00 | 59,60 | 2.881,06 | V/FCT Nº 459 |
| 23016 | 111 | 31/03/2015 | 3016 | 0,00 | 45,00 | 2.926,06 | V/FCT Nº 45943 |
| 22005 | 111 | 28/02/2015 | 2005 | 0,00 | 4,35 | 2.930,41 | V/FCT Nº 470 |
| 28009 | 111 | 31/08/2015 | 8009 | 0,00 | 27,05 | 2.957,46 | V/FCT Nº 47200 |
| 212011 | 111 | 31/12/2015 | 12011 | 0,00 | 61,65 | 3.019,11 | V/FCT Nº 4748 |
| 22007 | 111 | 28/02/2015 | 2007 | 0,00 | 5,70 | 3.024,81 | V/FCT Nº 4858 |
| 211003 | 111 | 30/11/2015 | 11003 | 0,00 | 10,00 | 3.034,81 | V/FCT Nº 48757 |
| 26001 | 111 | 30/06/2015 | 6001 | 0,00 | 16,90 | 3.051,71 | V/FCT Nº 49148 |
| 25002 | 111 | 31/05/2015 | 5002 | 0,00 | 10,00 | 3.061,71 | V/FCT Nº 50326 |
| 27006 | 111 | 31/07/2015 | 7006 | 0,00 | 7,65 | 3.069,36 | V/FCT Nº 50696 |
| 27019 | 111 | 31/07/2015 | 7019 | 0,00 | 9,75 | 3.079,11 | V/FCT Nº 51190 |
| 29025 | 111 | 30/09/2015 | 9025 | 0,00 | 8,40 | 3.087,51 | V/FCT Nº 51191 |
| 29028 | 111 | 30/09/2015 | 9028 | 0,00 | 20,00 | 3.107,51 | V/FCT Nº 52931 |
| 23024 | 111 | 31/03/2015 | 3024 | 0,00 | 380,00 | 3.487,51 | V/FCT Nº 5321 |
| 23003 | 111 | 31/03/2015 | 3003 | 0,00 | 4,00 | 3.491,51 | V/FCT Nº 5325 |
| 29029 | 111 | 30/09/2015 | 9029 | 0,00 | 12,00 | 3.503,51 | V/FCT Nº 53623 |
| 210003 | 111 | 31/10/2015 | 10003 | 0,00 | 4,35 | 3.507,86 | V/FCT Nº 53832 |
| 29023 | 111 | 30/09/2015 | 9023 | 0,00 | 7,65 | 3.515,51 | V/FCT Nº 5451 |
| 27002 | 111 | 31/07/2015 | 7002 | 0,00 | 16,00 | 3.531,51 | V/FCT Nº 5537 |
| 27011 | 111 | 31/07/2015 | 7011 | 0,00 | 10,00 | 3.541,51 | V/FCT Nº 55561 |
| 28024 | 111 | 31/08/2015 | 8024 | 0,00 | 20,00 | 3.561,51 | V/FCT Nº 5717 |
| 29026 | 111 | 30/09/2015 | 9026 | 0,00 | 17,00 | 3.578,51 | V/FCT Nº 5794 |
| 29005 | 111 | 30/09/2015 | 9005 | 0,00 | 46,49 | 3.625,00 | V/FCT Nº 59131 |
| 28016 | 111 | 31/08/2015 | 8016 | 0,00 | 30,00 | 3.655,00 | V/FCT Nº 59308 |
| 29031 | 111 | 30/09/2015 | 9031 | 0,00 | 5,60 | 3.660,60 | V/FCT Nº 6158 |
| 29031 | 111 | 30/09/2015 | 9031 | 0,00 | 16,00 | 3.676,60 | V/FCT Nº 6158 |
| 27003 | 111 | 31/07/2015 | 7003 | 0,00 | 13,22 | 3.689,82 | V/FCT Nº 64004 |
| 210017 | 111 | 31/10/2015 | 10017 | 0,00 | 15,50 | 3.705,32 | V/FCT Nº 6493 |
| 21007 | 111 | 31/01/2015 | 1007 | 0,00 | 133,20 | 3.838,52 | V/FCT Nº 65 |
| 28031 | 111 | 31/08/2015 | 8031 | 0,00 | 86,60 | 3.925,12 | V/FCT Nº 658 |
| 210012 | 111 | 31/10/2015 | 10012 | 0,00 | 15,00 | 3.940,12 | V/FCT Nº 66039 |
| 28004 | 111 | 31/08/2015 | 8004 | 0,00 | 6,75 | 3.946,87 | V/FCT Nº 661 |
| 28032 | 111 | 31/08/2015 | 8032 | 0,00 | 29,00 | 3.975,87 | V/FCT Nº 670 |
| 27016 | 111 | 31/07/2015 | 7016 | 0,00 | 20,00 | 3.995,87 | V/FCT Nº 68066 |
| 27015 | 111 | 31/07/2015 | 7015 | 0,00 | 35,00 | 4.030,87 | V/FCT Nº 68083 |
| 27020 | 111 | 31/07/2015 | 7020 | 0,00 | 39,03 | 4.069,90 | V/FCT Nº 68423 |
| 211011 | 111 | 30/11/2015 | 11011 | 0,00 | 25,95 | 4.095,85 | V/FCT Nº 69169 |
| 28012 | 111 | 31/08/2015 | 8012 | 0,00 | 40,00 | 4.135,85 | V/FCT Nº 69528 |

| Lançamento | Conta | Data | Nº Doc. | Débito | Crédito | Acumulado | Descritivo |
|--------------|-------|------------|------------|-------------|-----------------|-----------|----------------|
| 28005 | 111 | 31/08/2015 | 8005 | 0,00 | 6,50 | 4.142,35 | V/FCT Nº 6958 |
| 23002 | 111 | 31/03/2015 | 3002 | 0,00 | 30,00 | 4.172,35 | V/FCT Nº 6983 |
| 28020 | 111 | 31/08/2015 | 8020 | 0,00 | 29,72 | 4.202,07 | V/FCT Nº 70058 |
| 23014 | 111 | 31/03/2015 | 3014 | 0,00 | 19,90 | 4.221,97 | V/FCT Nº 7006 |
| 29002 | 111 | 30/09/2015 | 9002 | 0,00 | 101,60 | 4.323,57 | V/FCT Nº 70944 |
| 29009 | 111 | 30/09/2015 | 9009 | 0,00 | 44,25 | 4.367,82 | V/FCT Nº 71507 |
| 24004 | 111 | 30/04/2015 | 4004 | 0,00 | 5,70 | 4.373,52 | V/FCT Nº 719 |
| 210014 | 111 | 31/10/2015 | 10014 | 0,00 | 30,00 | 4.403,52 | V/FCT Nº 74683 |
| 210015 | 111 | 31/10/2015 | 10015 | 0,00 | 5,50 | 4.409,02 | V/FCT Nº 750 |
| 26007 | 111 | 30/06/2015 | 6007 | 0,00 | 205,62 | 4.614,64 | V/FCT Nº 844 |
| 29010 | 111 | 30/09/2015 | 9010 | 0,00 | 5,20 | 4.619,84 | V/FCT Nº 84455 |
| 28018 | 111 | 31/08/2015 | 8018 | 0,00 | 12,60 | 4.632,44 | V/FCT Nº 86 |
| 24005 | 111 | 30/04/2015 | 4005 | 0,00 | 24,00 | 4.656,44 | V/FCT Nº 91 |
| 29015 | 111 | 30/09/2015 | 9015 | 0,00 | 28,70 | 4.685,14 | V/FCT Nº 950 |
| 22003 | 111 | 28/02/2015 | 2003 | 0,00 | 2,40 | 4.687,54 | V/FCT Nº 9822 |
| 21010 | 111 | 31/01/2015 | 1010 | 0,00 | 23,50 | 4.711,04 | V/FCT Nº 984 |
| 29008 | 111 | 30/09/2015 | 9008 | 0,00 | 6,10 | 4.717,14 | V/FCT Nº 98707 |
| Total | | | | 0,00 | 4.717,14 | | |



ANEXO VII – Relatório da auditora externa (CD anexo)